

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO JUDICIÁRIO - INFOJUD

<p>Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais</p>	<p><i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho; Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br; Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal; Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE; Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i></p>
<p>Endereço e Telefone do Tribunal</p>	<p><i>Av. Santos Dumont, 3384 Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.150-162 Telefones: (85) 3388-9400 (85) 3388-9300</i></p>
<p>Sítio institucional sobre a LGPD</p>	<p><i>www.trt7.jus.br/lgpd</i></p>
<p>Centros de Tratamento</p>	<p><i>Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, UNIDADES JUDICIÁRIAS DA 1ª INSTÂNCIA (CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Varas do Trabalho de Fortaleza: Ed. Dom Hélder Câmara: Av. Tristão Gonçalves, 912 e Ed. Des. Manoel Arízio: Av. Duque de Caxias, 1.150 Bairro: Centro - Fortaleza/CE;</i> • <i>Fórum Trabalhista de Caucaia: Av. Contorno Sul, s/n – Planalto Caucaia - CEP: 61.605-490 Caucaia/CE;</i> • <i>Fórum Trabalhista de Maracanaú: Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 80, Bairro: Parque Antônio Justa CEP: 61.901-000 Maracanaú/CE;</i> • <i>Fórum Trabalhista do Cariri: Endereço: Rua Rafael Malzoni, 761, Bairro: São José, CEP: 63.024-030 - Juazeiro do Norte - CE; ·</i> • <i>Fórum Trabalhista de Sobral: Av. Lúcia Sabóia, nº 500 - Centro, CEP: 62.320 - 000 Sobral/CE; Vara do Trabalho de Aracati: Rua Coronel Alexanzito, 503 - Centro, CEP: 62.800-00 Aracati/CE;</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO JUDICIÁRIO - INFOJUD

	<ul style="list-style-type: none">• <i>Vara do Trabalho de Baturité: Rua Major Pedro Catão, nº 450 - Mondego, CEP: 62.760 - 000 Baturité/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho de Crateús: Rua Hermínio Bezerra, 801, Bairro: Planalto CE-075, CEP: 63.700 - 000 Crateús/CE</i>• <i>Vara do Trabalho de Iguatu: Rua José de Alencar, s/nº - Bugi, CEP: 63.500 - 000 Iguatu/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte: Rua Cândido Olímpio de Freitas, nº 1.655 - centro, CEP: 62.930 - 000, Limoeiro do Norte/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho de Pacajus: Av. Vice-Prefeito Expedito Chaves Cavalcante S/N – Cruz das Almas, CEP: 62.870-000 Pacajus/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho de Quixadá: Rua Tenente Cravo, nº 775, Bairro: Campo Velho, CEP: 63.900 - 000 Quixadá/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante: Rua Santos Dumont, 28, Centro, CEP: São Gonçalo do Amarante/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho de Tianguá: Rua Manoel da Rocha Teixeira, 1200, Bairro: Nenê Plácido, CEP: 62.327-445 Tianguá/CE;</i>• <i>Vara do Trabalho do Eusébio: Rua Dermeval Carneiro, 115, Centro, Eusébio - CE - CEP: 61760-970</i> <p><i>Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, UNIDADES JUDICIÁRIAS DA 2ª INSTÂNCIA:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• ANEXO I:• <i>Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077 – Fortaleza-CE - CEP 60150-150</i>• Gabinetes• CEJUSC
--	--

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO JUDICIÁRIO - INFOJUD	
Gestor do sistema	<i>Receita Federal do Brasil (acesso disponibilizado pelo coordenador da DEULAJ - Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais)</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO JUDICIÁRIO - INFOJUD

Finalidade do tratamento	<i>I- Obtenção de endereços úteis às notificações nos processos trabalhistas; II- e visualização de dados patrimoniais dos executados através da análise da Declaração do Imposto Sobre a Renda da pessoa física, das Declarações de Informações Econômico - Fiscais das pessoas jurídicas, da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Declaração sobre Operações Imobiliárias, que possam auxiliar o Juízo da Execução, na identificação de bens passíveis de penhora, analisar a capacidade financeira do executado.</i>
Titulares dos dados	<i>Titulares: Reclamantes, Reclamados, Advogados e Terceiros cadastrados nos processos.</i>
Fonte do Dado	<i>Sistema da Receita Federal do Brasil - INFOJUD</i>
São tratados dados sensíveis?	<i>Não</i>
São tratados dados de crianças e adolescentes?	<i>Em casos excepcionais, são tratados dados de criança e adolescente.(particularidades: segredo de justiça, menor, falência, idoso, e rito sumaríssimo). Alínea o, inciso I, art.28 do <u>Provimento TRT7 Conjunto n° 6/2009</u></i>
Enquadramento legal	<i>Art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal (...)</i>
Categoria de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ● Nome; ● CPF ● Data do nascimento (DD/MM); ● Título de Eleitor; ● endereço (logradouro, complemento,número); ● Bairro; ● Cidade; ● UF; ● ● <i>Dados fiscais e Patrimoniais:</i> ● <i>Declaração do Imposto Sobre a Renda da PF;</i> ● <i>Declarações de Informações Econômico-Fiscais da PJ;</i> ● <i>Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Declaração sobre Operações</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO JUDICIÁRIO - INFOJUD

	<i>Imobiliárias.</i>
Categoria de destinatários	<i>Os dados pessoais não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os dados são inseridos nos processos com vistas a fundamentar decisões judiciais. A critério do magistrado e dependendo do dado, são armazenados sob sigilo.</i>
Transferência internacional	<i>Não.</i>
Prazo de conservação	<i>Os dados são inseridos nos autos e permanecem como documento integrante do processo até o seu arquivamento definitivo.</i>
Medidas de segurança	<p><i>As medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</i></p> <p><i>O Sistema de Informações ao Judiciário - INFOJUD é resultado da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tem como objetivo atender às solicitações do Poder Judiciário, efetuadas diretamente pelos magistrados ou por servidores autorizados por eles.</i></p> <p><i>A ferramenta está disponível apenas aos representantes do Poder Judiciário, previamente cadastrados em base específica da Receita Federal e que possuam certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da ICP-Brasil. Seu acesso é feito na Internet pelo Portal "e-CAC -Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte" da Receita Federal.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u><i>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</i></u> • <i>Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.</i> • <u><i>DECRETO Nº 9.637/2018</i></u> <i>que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.</i> • <i>Norma <u>NBR 27001/2013</u> - esta Norma</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO JUDICIÁRIO - INFOJUD

	<p><i>especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Norma <u>NBR 27002/2013</u> - Esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.</i>
--	---